A Redescoberta da Amazônia num Projeto da Unesco: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica

Patrick Petitjean e
Heloisa M. Bertol Domingues

Introdução

Em novembro de 1984, foi submetido à consideração do Congresso Nacional, pela Comissão de Relações Exteriores, o pedido de apreciação de uma convenção internacional que criava o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA). Curioso, pois há mais de 30 anos essa convenção tinha sido

Nota: Este trabalho é parte de uma pesquisa que está sendo realizada, sob a coordenação dos autores, graças a um convênio entre o CNPq e o CNRS. Para a sua realização foram consultados vários arquivos: Arquivo Histórico do Itamaraty; Arquivo do IBECC; Arquivo de História das Ciências do Museu de Astronomia (MAST); Arquivo Heloisa Alberto Torres, Casa de Cultura de Itaboraí (HAT); Arquivo do Museu Nacional e Biblioteca Nacional, no Rio; Needham Archive – Cambridge University, e Public Record, Kew, na Inlaterra; Arquivo Diplomático da França, em Nantes, e Arquivo da Unesco, em Paris.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 26, 2000, p. 265-292.

submetida pela primeira vez à Câmara dos Deputados. Primeiro, em outubro de 1948, pelo então presidente Eurico Dutra e, com algumas modificações, novamente em maio de 1950.[1] Quem poderia ainda lembrar-se do instituto proposto, cuja convenção, na época com razão, pois a função do órgão já estava preenchida por organismos mais recentes, foi julgada sem objeto e definitivamente arquivada em março de 1985?

No entanto, na virada dos anos 1940-1950, o projeto desse instituto foi objeto de uma intensa polêmica que ocupou páginas e páginas dos jornais e muitas horas de debates na Câmara. Na Unesco, onde havia ganhado corpo, a idéia deixou por longo tempo a lembrança de um "elefante branco", de um projeto abstrato, desconectado das realidades locais, um erro típico do irrealismo dos primeiros anos da instituição e da confusão dos organismos internacionais.

Quem lembra que o instituto foi proposto pela primeira vez por um grande intelectual brasileiro, Paulo Berrêdo Carneiro, em maio de 1946, logo após o fim da guerra, em plena fase de reconstrução das relações internacionais? Em maio de 1947, a Unesco o transformou numa de suas quatro prioridades. Por quê? Porque Joseph Needham e a Divisão de Ciências da Unesco tentavam produzir realizações exemplares a fim de estabelecer uma nova concepção da cooperação científica internacional, menos eurocêntrica.

Uma reunião científica internacional, realizada em Belém do Pará em agosto de 1947, dotou o instituto nascente de um vasto programa de estudos científicos para a Amazônia. Uma segunda reunião, em Iquitos, no Peru, em abril de 1948, lhe deu uma base jurídica e financeira, um comitê provisório, com uma presidente brasileira (Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional), um secretário geral (E. J. H. Corner, botânico inglês) e um escritório em Manaus. A Unesco financiou três missões científicas em 1948 para preparar o futuro instituto, mas, tomada por dificuldades políticas e financeiras, no fim desse mesmo ano congelou sua participação no projeto. Paradoxalmente, nesse mesmo período, uma polêmica extremamente violenta explodiu na imprensa, no Congresso e em diferentes instituições do Brasil, liderada pelo ex-presidente Artur Bernardes, que acusava o IIHA de ser a ponta de lança de uma intervenção colonial das grandes potências para tomar a Amazônia.

Sem ter sido ratificado, o instituto permaneceu, a partir de 1949, como uma concha vazia, unicamente com sua presidente e um financiamento do governo brasileiro. Foi desaparecendo com o tempo, nem precisou ser dissolvido, mas em 1954 seus objetivos foram parcialmente retomados pelo governo brasileiro com a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), um instituto nacional e não mais internacional.

Descobrir a história do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica é redescobrir um debate, recorrente desde o século XIX, sobre os modos de

exploração da Amazônia que as concepções da ciência "internacional" subentendiam. Por outro lado, significa redescobrir uma tentativa de reorientar, no imediato pós-guerra, a cooperação científica (da Europa e Estados Unidos) com países "economicamente em atraso" (segundo os termos da época). Uma e outra coisa são estranhamente atuais nesta hora de globalização e de reaparecimento de novos projetos de desenvolvimento agrícola para a Amazônia.

O surgimento do projeto do IIHA na Unesco: coincidência de idéias

Paulo Estevam de Berrêdo Carneiro esteve na origem do projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e de sua adoção pela Unesco.[2] Sem se ter envolvido diretamente na criação do instituto após a reunião de Belém, não o deixou de lado e, tentando pessoalmente desbloquear as situaçôes de impasse, veio várias vezes ao Rio (setembro e outubro de 1948 e janeiro e maio de 1950). Paulo Carneiro era um cientista que em 1946 escolheu a diplomacia para contribuir no processo de criação da Unesco. Formou-se engenheiro químico pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e em 1924 obteve uma bolsa de estudos em Paris, para fazer uma tese na Sorbonne com Gabriel Bertrand (1927-1931). O trabalho que desenvolveu versava sobre a cafeína contida no guaraná. De volta ao Rio, trabalhou com o curare no Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e ocupou diferentes cargos institucionais. Foi, por alguns meses, secretário de Agricultura do estado de Pernambuco, onde fundou um instituto de pesquisas agronômicas com vocação social. Seu interesse pela Amazônia manifestava-se nos trabalhos científicos sobre a bioquímica dos vegetais e em suas responsabilidades institucionais no Brasil. Foi professor da Escola Politécnica e assistente do ministro Juarez Távora, para quem redigiu o anteprojeto do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, instituído em 1933. Em 1937, com o golpe de Estado de Getúlio Vargas, optou por retornar a Paris, onde voltou a trabalhar com Gabriel Bertrand no Institut Pasteur. Desenvolveu seu trabalho sobre a síntese do curare com Bovet, que após a guerra ganhou o prêmio Nobel por esse trabalho. Permaneceu em Paris no momento da ocupação alemã, quando foi preso e deportado para a Alemanha, onde ficou cerca de dois anos.

A importância da colaboração internacional na pesquisa científica, base do futuro IIHA, partiu tanto do trabalho científico quanto da experiência que Paulo Carneiro adquiriu posteriormente no meio diplomático. A compreensão do valor social da ciência seguramente se deveu à sua formação positivista, na qual fora educado desde a infância.[3] Seu pai, Mario Barboza Carneiro, foi fundador da Associação Brasileira dos Amigos de Augusto Comte, à qual pertenciam, por exemplo, o embaixador Souza Dantas e o marechal Rondon.[4]

O valor da Amazônia como importante objeto de conhecimento era difundido havia séculos. La Condamine, que a visitou em 1736, descreveu o uso do "cautcho" pelos índios, mostrando como eles o preparavam e utilizavam. Posteriormente, Humboldt, Wallace, Bates, Darwin, Agassiz e tantos outros passaram pela região. No século XIX a exploração da Amazônia também se tornou objeto dos projetos políticos do governo imperial, que tiveram como alvo principal duas regiões do Brasil: o vale do rio São Francisco e a Amazônia (Domingues, 1995). Em 1850 o imperador Pedro II abriu a navegação fluvial para a região, inaugurando a Companhia de Navegação do Amazonas, com a finalidade de explorar os recursos naturais e desenvolver núcleos urbanos.

Em 1866 era publicado o livro de Tavares Bastos, *O vale do Amazonas*, que defendia a livre navegação no rio Amazonas e terminava dizendo que a prosperidade real da região começaria com a sua "liberdade" (Bastos, 1975). Bem mais recentemente, em 1972, Arthur Cezar Ferreira Reis, um dos grandes historiadores da região, presidente do INPA e governador do estado do Amazonas, dizia que desde Agassiz "o vale dos trópicos", que fora descrito como uma fonte paradisíaca de matérias-primas, continuava a representar uma reserva para o futuro. Isto, sem contar as campanhas sanitárias dos anos 1930 e as diferentes missões americanas do início dos anos 1940, quando a questão do povoamento e do desenvolvimento econômico da Amazônia foi relançada nos debates políticos. Na Câmara dos Deputados foi criada a Comissão de Valorização da Amazônia, e antigas instituições científicas, como o Museu Goeldi, criado em Belém em 1866 e reinstalado nos anos 90 (Schwarcz, 1993), e o Instituto Agronômico do Norte, criado em Manaus em 1940, continuavam atuando. O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica viria somar-se a essas instituições. Aliás, a primeira justificativa de Paulo Carneiro para a sua criação foi a preocupação de dar impulso ao Museu Goeldi, que, na sua interpretação, passava por dificuldades financeiras.

Porém, o projeto de Paulo Carneiro, ao ser abraçado pela Unesco, ganhou novos rumos, que incluíram o instituto, juntamente com a Amazônia, nos planos de cooperação científica internacional do imediato pós-guerra. Desde os anos 1942-43, os países aliados planejavam lançar as bases de uma nova agência internacional no domínio da cultura e da educação. Em 1944-45 teve lugar um debate sobre o lugar da ciência nessa nova organização: deveria a ciência figurar como um componente da cultura (a ciência como atividade intelectual) ou constituir um domínio completo, compreendendo as ciências fundamentais e aplicadas? (Petitjean, 1999). Ou então, seria necessário dividir as ciências em duas partes, remetendo as aplicações a um outro organismo da ONU, o seu Conselho Econômico e Social (Ecosoc)? Foi somente após Hiroshima (agosto de 1945) que a decisão de criar uma divisão de ciências naturais no seio da Unesco foi tomada pelos governos aliados. Prevenir os conflitos trazidos pela guerra, como a bomba

atômica ou os fascismos, com uma teia de organizações internacionais que ajudasse a compreensão mútua e o desenvolvimento das relações culturais e colocasse a ciência a serviço da humanidade era uma idéia forte no imediato pós-guerra. A Unesco, em seus primeiros tempos, a encarnou.

Mas, para Needham, primeiro diretor da Divisão de Ciências da Unesco, a idéia de uma organização internacional da ciência ia mais longe. Uma política de *laissez faire* em matéria de trocas científicas internacionais poderia se contentar em sustentar as associações científicas e assim satisfazer os cientistas europeus ou norte-americanos. Mas uma organização voluntarista internacional era indispensável para os países menos desenvolvidos e para a reconstrução dos países europeus devastados pela guerra. Foi o que Needham chamou, já em 1945, "o princípio de periferia", que procurou desenvolver como primeiro diretor da Divisão de Ciências da Unesco. O programa para as ciências preparado por Needham foi discutido por uma subcomissão da qual fez parte Paulo Carneiro, que expôs aos demais membros seu projeto do Instituto Internacional para a Amazônia. Oficialmente, o projeto foi apresentado na 1ª Conferência Geral da Unesco, em Paris, em 1946.

Não era a primeira vez que Paulo Carneiro apresentava seu projeto. Já o havia mostrado ao governo brasileiro em meados de 1945. O objetivo que preconizava era o de um instituto de pesquisa internacional que agruparia todos os países que tivessem território na Amazônia: os seis países latino-americanos e as três potências coloniais das Guianas. Na Unesco, o projeto estava de acordo com o "princípio de periferia" de Joseph Needham, numa época em que as propostas de criação de institutos de pesquisa internacionais – de matemática aplicada e de observatórios – iam crescendo cada vez mais.

A conferência de Paris fixou finalmente o papel que teria o IIHA: "Um dos projetos mais interessantes, entre os que visam ao crescimento de nossos conhecimentos. (...) Trata-se de um estudo, que a Unesco se propõe empreender, sobre a maneira de estabelecer um modo de vida aceitável em regiões de florestas equatoriais (...)."[5]

As razões pelas quais o projeto de Paulo Carneiro foi adotado com tanta facilidade pela Unesco são, sem dúvida, de diferentes ordens. Além de esposarem um pensamento comum positivista, intelectuais como Paulo Carneiro, Joseph Needham, Julian Huxley ou Henry Laugier, no comando da Unesco e do Ecosoc no final da guerra, partilhavam preocupações comuns, como por exemplo:

- a função social da ciência: bem utilizada, desenvolvida e organizada, constituiria um poderoso instrumento para o progresso social, material e moral, ao contrário do que demonstraram a incapacidade do capitalismo liberal de utilizar a ciência diante da crise econômica dos anos 1930, e o sucesso científico do período da guerra. A ciência, consideravam, era o melhor meio de enfrentar

os desafios do pós-guerra: de melhorar as condições de vida, assegurar o desenvolvimento econômico dos países "atrasados" e, sobretudo, responder aos problemas da fome, da desertificação e da superpopulação;

• a função internacional da ciência: todos estavam longe do modelo positivista ideal dos cientistas governando o mundo; para eles, a ciência era internacional por "natureza" e porque, "neutra", ela facilitava as trocas entre as civilizações e seu enriquecimento recíproco; permitia sobretudo a emergência de valores comuns a todas as sociedades. Paulo Carneiro e principalmente Julian Huxley iam ainda mais longe, pois para eles a emergência de uma civilização mundial seria o estágio supremo da evolução biológica (Carneiro, 1951; Huxley, 1947);

• o "princípio de periferia": todos faziam freqüentemente referência a esse princípio proposto originalmente por Needham para justificar a criação de laboratórios, pela Unesco, fora da Europa e dos Estados Unidos. Partindo de uma vontade de lutar contra o eurocentrismo espontâneo dos cientistas europeus, esse princípio não os protegia de uma concepção monolítica das atividades científicas: a ciência internacional era concebida pelos europeus e norte-americanos.

Nesse sentido, para a Unesco, o projeto de Paulo Carneiro era o projeto certo apresentado no momento certo. Não havia ambigüidade em seus objetivos, que consistiam essencialmente na produção de conhecimentos científicos em várias disciplinas, de interesse geral para o mundo tropical úmido; se a idéia era civilizar, tratava-se também de um modo de desenvolvimento que se preocupava com a preservação da natureza e dos índios da Amazônia. Paulo Carneiro definiria mais tarde sua idéia como um projeto de "ecologia humana". Já para as autoridades brasileiras, ao contrário, era forte a ambigüidade entre as concepções científicas propostas e as concepções tradicionalmente colonizadoras de valorização da Amazônia pela exploração agrícola e o desmatamento.

Na imprensa brasileira, as notícias sobre o Instituto Internacional da Hiléia somente despontaram depois da sua adoção incondicional pela Unesco.[6] Nessas notícias refletia-se a ambigüidade das interpretações dos brasileiros sobre a criação de um instituto internacional de ciências na Amazônia, que acabaria por se transformar numa grande polêmica. Para Paulo Carneiro, o instituto deveria antes de mais nada estudar a vida do homem da região, que ainda contava com 200 mil indígenas. Era preciso, segundo ele, que os cientistas se ocupassem das condições sanitárias da região e da evolução dos índios de acordo com a etnologia e a etnografia. Para ele, "este instituto deverá realizar pesquisas muito desenvolvidas sobre a flora e sobre a fauna amazoniana. [...] as pesquisas e explorações que serão realizadas pelos cientistas que se reunirão em Belém, começarão pelos problemas de alimentação, questões botânicas e florestais".[7] Já Moniz de Aragão, que, como embaixador em Londres, deu todo o apoio ao IIHA,

compreendia o projeto de maneira completamente diferente: "O Brasil se beneficiará enormemente com a iniciativa, que transformará as maiores florestas virgens do mundo numa zona agrícola".[8] Esse debate entre as duas funções da ciência na Amazônia estaria subjacente às controvérsias que surgiram em relação ao IIHA entre 1949 e 1951. Elas traziam implícitas diferentes visões de colonização, se a entendermos como inerente aos descobrimentos de territórios, o que acontecia desde tempos imemoriais e, no Brasil, pelo menos desde o século XVI (Ferro, 1994).

O estabelecimento do IIHA e a definição do internacionalismo

Para pôr em funcionamento o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, a Unesco nomeou o botânico inglês E. J. Corner, que tinha experiência em botânica tropical: era botânico do Colonial Office e fora responsável pelo jardim botânico de Singapura durante 17 anos; tornara-se com isso um dos melhores especialistas ingleses em florestas tropicais úmidas (Mabberley, 1999). Foi nomeado também o médico grego Basile Malamos, para secundar Corner no Brasil.

O instituto seria regional num primeiro momento (faria pesquisa sobre a floresta amazônica) e zonal numa segunda etapa (estudaria particularidades dos trópicos úmidos). Apoiar-se-ia em expedições de diferentes disciplinas, e o material coletado permaneceria nos países da América Latina, diferentemente do que acontecera no passado, quando tudo era enviado para os museus europeus. A sede seria no Brasil. Para preencher o quadro de cientistas do instituto foram previstos e indicados americanos e europeus, que seriam apenas assistidos por jovens cientistas latino-americanos.[9] Paulo Carneiro foi nomeado pela Unesco conselheiro latino-americano de Corner para preparar a primeira reunião do IIHA.

As primeiras contradições em torno da organização do instituto logo começaram a se fazer sentir, e a Unesco foi acusada de centralizadora e eurocêntrica. Ainda em 16 de abril de 1947, Paulo Carneiro escreveu uma dura carta a Julian Huxley, chamando sua atenção para o modo de apresentação da idéia de um organismo internacional acima dos Estados nacionais e, também, para a maneira como o instituto estava sendo estruturado pela Unesco. Apesar de reconhecer a competência de Corner e Basile Malamos, Paulo Carneiro questionava o papel que estes desempenhariam na instituição a ser criada, sublinhando que a Unesco estava enviando para a América do Sul um inglês e um grego que não conheciam absolutamente nada dos países integrantes da Hiléia Amazônica, seja de sua personalidade, seja de sua língua. De fato, eles não falavam nem inglês nem espanhol, jamais haviam tido relações com cientistas da América

Latina e não conheciam nada da Amazônia. Para Paulo Carneiro, era preciso ter uma forte personalidade sul-americana no instituto, e os ingleses deveriam estar sempre acompanhados de representantes dos países, com os quais deveriam também manter contato prévio. "Não esqueça, Sr. Diretor Geral", dizia Paulo Carneiro, "que os países sul-americanos não gostam de ser tratados como colônias às quais se enviam missões de estudo de que eles não participam desde a origem." O missivista prenunciava um problema que pouco mais tarde assomaria à cena pública no Brasil. Porém, essa constatação não abalava sua convicção relativamente ao instituto internacional de pesquisas para a Amazônia. Em 1951, no discurso que fez na Escola Superior de Guerra em defesa do IIHA, declarou:

> A predominância da vida internacional no mundo contemporâneo decorre de imperativos inexoráveis. [...] É uma manifestação inseparável do nível de civilização a que atingimos. Não implica, de nenhum modo, ameaça à integridade ou à soberania dos povos. Ao contrário, essa reação permanente do conjunto sobre as partes é a melhor garantia da independência e da liberdade de cada país. O perigo não está na intensificação da cooperação e das intercomunicações que os regimes democráticos desenvolvem, mas no isolacionismo em que se retraem os Estados totalitários, convertendo-se em vasos fechados propícios à cultura de todas as virulências. O fascismo italiano, o nazismo alemão e o bolchevismo russo são manifestações de patologia social condicionadas pela ruptura dos laços internacionais. (Carneiro, 1951: 21).

Paulo Carneiro apresentou o projeto do IIHA aos cientistas brasileiros numa mesa redonda organizada pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) em junho de 1947, quando ganhou o apoio dos participantes. O primeiro debate sobre as atividades do IIHA prendeu-se ao futuro do Museu Goeldi, pois deveria tornar-se um instituto internacional com as mesmas atribuições que vinha tendo, isto é, fazer coleções de objetos naturais, além de um inventário bibliográfico. O objetivo geral do instituto, de fazer uma "ecologia humana", realizando estudos sobre as condições de vida das populações (índios e colonos) na Hiléia, se mantinha.[10] Nessa condição ele poderia assegurar a coordenação das expedições à Hiléia Amazônica e a divisão das coleções com outros museus, garantir a formação de um corpo de jovens cientistas bem treinados para acompanhar as expedições, exercer uma fiscalização eficaz sobre as expedições, criar e desenvolver laboratórios de pesquisa capazes de acolher os especialistas que visitariam a Amazônia temporariamente, providenciar a formação imediata de um grupo de trabalho sobre temas que seriam objeto de estudo de diferentes setores da Unesco e recuperar a publicação de obras inéditas de antigas expedições realizadas na Amazônia. Os demais temas discutidos diziam

respeito à estrutura orgânica do futuro IIHA, seu conselho científico, pessoal permanente e cooperação com outras instituições científicas interessadas na região. Paulo Carneiro comparava-o ao Smithsonian Institution, mas era prudente: tratava-se de um pequeno núcleo de biólogos e antropólogos trabalhando no Museu Goeldi com ramificações no mundo inteiro, graças às colaborações internacionais. Seu desenvolvimento seria progressivo.

Na abertura da reunião de Belém, que foi promovida pelo governador do Pará, major Moura Carvalho, este deixou claro o seu entusiasmo com a criação do Instituto da Hiléia. Suas palavras foram marcadas pela idéia de que a Amazônia, enquanto repositório de riquezas, era, mais do que brasileira, um patrimônio internacional: "A Amazônia é nossa, mas a serviço do mundo, a serviço da ciência, como fonte de trabalho e do bem-estar geral, como potencial capaz de produzir tudo quanto seja necessário aos outros povos, dentro do regime de fraternidade universal, que deve presidir a todas as intenções na vida internacional" (Carneiro, 1951: 24). O governador era portanto completamente a favor da instituição internacional, nos moldes preconizados pela Unesco. O mesmo apoio ao projeto que deu o governador do Pará, Paulo Carneiro obteve dos governadores do Mato Grosso e do Amazonas.

A questão da internacionalização da pesquisa científica na Amazônia não entrou na pauta de discussões da reunião de Belém. Os países participantes foram França e Grã-Bretanha (por suas colônias nas Guianas), Colômbia, Equador, Venezuela, Peru, Brasil e EUA, através de instituições que já mantinham cooperação com os países da região: Organização para a Alimentação e a Agricultura – FAO, Instituto Internacional de Agricultura e Alimentação – IIAA, Organização para a Saúde e a Doença – WHO, Repartição Sanitária Pan-Americana – PASB, União Pan-Americana de Agricultura – PAU. As instituições americanas, exceto a FAO, foram representadas por Fred L. Soper, que acabou por presidir a reunião. Paulo Carneiro foi o relator.

A delegação brasileira em Belém contou com representantes de instituições científicas do país e de órgãos políticos com interesse direto na região: Museu Nacional; Comissão Brasileira Demarcadora de Limites; Instituto Agronômico do Norte; Departamento Nacional de Saúde; IBGE; Escola Nacional de Agronomia; Instituto Nacional de Tecnologia; Departamento de Zoologia de São Paulo; Inspetoria dos Índios do Pará; Banco da Borracha; Procuradoria Geral do Estado do Amazonas; Divisão de Segurança do Território Federal do Guaporé.[11]

O relatório da reunião de Belém, partindo da premissa de que "a natureza é universal" e considerando a importância econômica e social da Amazônia, determinou os objetivos do instituto e recomendou urgência no desenvolvimento de pesquisas nas várias áreas das ciências naturais, como botânica,

zoologia, geologia, geografia física, meteorologia, pedologia, bioquímica vegetal, fisiologia animal, medicina, ecologia e antropologia (na estrutura da Unesco a antropologia era parte da Divisão de Ciências Naturais), "para o conhecimento e utilização desse imenso reservatório".[12]

Além desses objetivos, o instituto deveria desenvolver um programa de ação mais direto, voltado para a agricultura da região. Esse programa incluía estudos sobre a ecologia dos peixes de água doce (que serviam de alimento), sobre os meios de controlar a destruição provocada pelas saúvas, sobre a utilização racional das reservas florestais, e sobre a possibilidade de introduzir animais de raça, apropriados à região equatorial úmida, ou de orientar, em colaboração com os países e órgãos técnicos associados, a seleção ou hibridação de raças animais, criando novas raças apropriadas à região. Preocupava-se também com questões antropológicas, a fim de evitar o despovoamento e de conhecer a cultura, a economia, o regime alimentar e o estado sanitário das populações e, ao mesmo tempo, promover inquéritos necessários à criação de tipos de habitação e urbanização que melhor se adaptassem às condições climáticas locais. Afirmava ainda que a educação popular deveria ser estruturada, através da divulgação cultural por meios modernos como rádio, discos etc., da criação de museus educativos e bibliotecas, e do estabelecimento de escolas técnicas especializadas em química industrial, agricultura e higiene.[13]

Logo após a reunião do IIHA começaram a despontar as primeiras dissensões entre os países participantes, conforme noticiou o *Jornal do Commercio*. Uma controvérsia surgiu entre os representantes da Colômbia e da Venezuela. O primeiro, sustentado por Corner, queria discutir a instalação de colonos na Hiléia, enquanto o segundo achava que isso não era atribuição da Unesco. A Unesco tinha como objetivo a ciência, a educação e a cultura, e não o desenvolvimento econômico. Paulo Carneiro declarou que o tema poderia ser aceito sob o ângulo da "melhoria das condições de vida" da população.[14] Em Belém, contudo, as dissensões não chegaram a tomar vulto, e o instituto internacional, de modo geral, foi aceito.

A idéia de cooperação científica num instituto provisório

A reunião de Belém teve todas as aparências de um brilhante sucesso, tendo produzido um programa científico coerente e conseqüente. Mas, segundo a Unesco, tudo ainda estava por fazer: não se havia tomado nenhuma decisão precisa nem tampouco atribuído responsabilidades. Os anglo-saxões estavam cada vez mais reticentes, a ponto de o projeto parecer estar ameaçado na 2ª Conferência Geral da Unesco, realizada no México em novembro de 1947.[15] É bem verdade que as diretrizes dadas a Corner antes da reunião de Belém

indicavam claramente que o IIHA deveria ser um instituto independente da Unesco, a qual apenas forneceria conselhos e ajuda complementar. A responsabilidade financeira deveria ser dos países participantes. A tarefa mais urgente da reunião deveria ter sido estabelecer as convenções do IIHA com os governos implicados e a ONU (incluindo a Unesco). Porém, a reunião de Belém tomou uma direção bem diferente do que se preconizava.

A situação preocupava ainda mais o secretariado da Unesco, pois desde maio de 1947 os diplomatas norte-americanos fizeram saber que não desejavam que o IIHA se impusesse muito rapidamente, malgrado a apreciação positiva de seus cientistas sobre o projeto.[16] Na Unesco, pensou-se em suprimir todo o financiamento destinado ao IIHA a partir de 1948, e Huxley foi obrigado a defender, no plano político, a causa do instituto. Não se podia dar a impressão de estar retirando um projeto e financiando uma pesquisa apenas provisória, para não decepcionar os países latino-americanos, que esperavam muito mais do IIHA. Em Chicago, na terceira sessão realizada pela comissão nacional para a Unesco, em setembro de 1947, os Estados Unidos tomaram oficialmente uma posição hostil ao IIHA.[17] Mas, apesar de Corner estar desanimado diante das dificuldades políticas e administrativas, Needham confirmou a determinação da Unesco de prosseguir na sustentação política ao IIHA. Needham explicou em carta a Corner que a hostilidade dos americanos ao IIHA devia-se ao fato de quererem reduzir o orçamento de todos os projetos que não servissem diretamente aos objetivos da Guerra Fria; baseados na doutrina Monroe, eles "não queriam que outros países interviessem na América Latina, mesmo que fosse através da Unesco".[18]

A Inglaterra estava dividida entre a Royal Society, bastante favorável ao projeto, o Foreign Office, reservado, e o Colonial Office, o mais hostil. Mesmo após a 1ª Conferência Geral, em 1946, em Paris, que destinou um amplo espaço ao IIHA na Unesco, e as informações regulares enviadas por Corner via embaixada no Rio, o Foreign Office somente deu atenção ao projeto em setembro de 1947, pouco antes da conferência geral da Unesco que se realizaria no México:

> Parece-me que este instituto é ainda outro exemplo entusiástico da Unesco, mas é irreal na abordagem dos problemas específicos. Se o projeto do IIHA deve cobrir todos os campos de atividades da Unesco, o quantitativo do *staff* e do dinheiro deve ser aumentado, e penso que a única solução para chegar a algum resultado proveitoso é definir e limitar seus fins, preferencialmente, à pesquisa científica pura, mas com um olho nas possibilidades, naturais e humanas, de desenvolvimento econômico.[19]

A seção latino-americana do Foreign Office também estava interessada, por razões diplomáticas:

> é preciso ajudar o Brasil e o Peru, para conservar sua neutralidade nos fóruns internacionais sobre a questão do colonialismo, onde os ingleses são muito criticados. Na verdade, como se vê em outro documento, este Departamento defendeu a idéia de que a Amazônia devia estar aberta a novas populações, incluindo um excedente de europeus.[20]

Porém, a maioria do Foreign Office era hostil a todo projeto de laboratório internacional, pois essas organizações trariam despesas consideráveis. Para o Colonial Office ainda havia algum interesse colonial: para a Guiana era importante obter o fim das restrições na Amazônia sobre as exportações de grãos. Mas isso estava longe de ser prioritário.

A atitude francesa era oficialmente muito favorável, em razão de um apoio diplomático declarado ao Brasil e aos países latino-americanos na Unesco. Os cientistas eram a favor, desde que não fosse afetada a rede tradicionalmente mobilizada nas relações com a América Latina. O instituto tornou-se, desse modo, um campo de trabalho reconhecido após a apresentação de sua proposta por Paulo Carneiro a Henri Laugier.[21] Foi assim que, através do Centro Brasil-França, criado por Gabrielle Mineur no Rio, o físico Yves Rocard veio ao Brasil em janeiro de 1947 e apresentou o projeto de uma estação ionosférica a ser instalada em Belém, integrada ao IIHA.[22] Porém, nessa época, a diplomacia francesa apoiava-se muito mais na ONU (Ecosoc) do que na Unesco, e estava particularmente preocupada com a questão colonial. Nesse sentido, não desempenhou um papel decisivo no debate sobre o IIHA.

Ao final da 2ª Conferência Geral da Unesco no México, Paulo Carneiro conseguiu, depois de muito debate, que em 1948 100 mil dólares fossem destinados ao projeto pela Unesco, que liberaria a quantia diretamente, sem a repassar ao instituto. Isto é, a Unesco pagaria a reunião de Iquitos e o salário de Corner. A outra parte seria diretamente destinada a financiar missões científicas na Amazônia. A Unesco, uma vez tendo conseguido catalisar a criação do IIHA, deixaria de se envolver diretamente, e este deixaria de ser um instituto seu. Assim, não se previu nenhum orçamento para o ano de 1949. No geral, foram as proposições de Huxley que foram acatadas, ao mesmo tempo contra os Estados Unidos e Paulo Carneiro. Este acabou por se dirigir a Henri Laugier, dizendo:

> Este projeto pertence à Unesco, nasceu na Unesco. [...] Ele hoje é parte do espírito que a Unesco fundou na cooperação internacional. Ele constituirá uma ocasião de encontro para os cientistas, educadores e etnólogos. Não é o momento aqui de retornar aos detalhes.

> Tenho confiança na lealdade do homem de ciências que é o Diretor Geral da Unesco. Aceito como fórmula de boa fé toda proposição que ele fizer e espero que possamos no próximo ano, por ocasião da 3ª Conferência Geral, trazer-lhe a prova do interesse e da atividade de todos os países que se reúnem em torno da Unesco.

Em 1º de dezembro, pouco antes da conferência geral, os delegados dos países amazônicos considerados membros do IIHA reuniram-se e decidiram que a próxima reunião do IIHA seria feita no coração da Amazônia, em Iquitos, no Peru, onde finalmente deveria ser estabelecida a base organizacional do futuro IIHA e seria criado um conselho interino a ser instituído logo após em Manaus.

A preparação da parte legal da organização do IIHA foi solicitada pela Unesco a um jurista da ONU, Oscar Schachter. Schachter elaborou o documento da convenção da criação do IIHA, que depois ficou conhecida como a "Convenção de Iquitos". A minuta da convenção foi divulgada na Unesco logo no início de 1948 e, em 27 de janeiro, Paulo Carneiro a recebeu.

Em fevereiro, Corner fez numa carta um severo comentário ao anteprojeto da convenção. Mostrava-se preocupado com as críticas que a Unesco poderia receber pela forma como estava sendo pensada a atuação do IIHA junto aos países que compunham a Amazônia. Referia-se especificamente à idéia do "internacionalismo do instituto" e ao que esta poderia provocar. Dizia que a criação de um instituto internacional, acima das fronteiras dos países envolvidos e dirigido por um organismo internacional, era questão bastante delicada e requeria um esclarecimento maior no documento. Dizia ainda que a idéia do "internacionalismo" do instituto era entendida por muito poucos na América Latina. Segundo ele, alguns poderiam vê-lo como uma intrusão estrangeira em seus países, e outros ainda, como uma "dominação estrangeira da ciência na Amazônia". Era preciso esclarecer alguns pontos do documento, como por exemplo o fato de que o instituto pretendia trabalhar através e com as organizações dos países amazônicos. Dava o exemplo do programa de antropologia que seria montado juntamente com o Museu Nacional, o Serviço de Proteção aos Índios, o Exército e outras organizações locais: "É preciso deixar claro que um Instituto Internacional não pretende 'passar por cima'; ele precisa proceder por colaboração e convites, respeitando as instituições já existentes, pois estas serão os seus guias locais." Para Corner o documento preparado tinha problemas de linguagem, podendo parecer imperialista na relação com as instituições científicas da região. "Tanto quanto possível," dizia, "os institutos locais deverão ser considerados e designados Institutos Associados e seu corpo nacional de pesquisadores reconhecido como 'colaboradores' do trabalho do IIHA." Segundo ele, deveria ser dito também que esses institutos locais teriam uma relação mais direta com o diretor do IIHA, pois, como estava, a relação deste seria sempre com o ministro de Relações

Exteriores de cada país. Por outro lado, dizia Corner, era preciso salvaguardar as prioridades dos países da Hiléia, determinando as atividades do IIHA em seu território. Era óbvio, dizia ele, que "o IIHA não pode ser um instituto exótico operando na Amazônia".[23]

Apesar do temor de Paulo Carneiro em relação à representação da Unesco na América Latina, Corner dava mostras de ter entendido rapidamente que um organismo internacional na América Latina traria inevitavelmente um embate com os nacionalismos locais. Afinal, os países da região eram antigas colônias, e essa condição tão cedo não deixaria de ser, ao mesmo tempo, um trauma coletivo e um escudo para o estabelecimento de relações políticas.

Para Arenales, representante da Unesco em Iquitos, a reunião do Peru não seria um ato de criação do IIHA, pois era preciso esperar a ratificação da convenção pelos países envolvidos. Arenales estava céptico quanto ao instituto e dizia que se comentava que o Brasil tinha uma atitude imperialista no projeto. "No que concerne ao suporte financeiro do instituto as consultas são sempre centradas no Brasil, o qual possui a maior área nacional da região amazônica (...)."
tavam que as instituições científicas se fizessem representar. A Colômbia era favorável, mas estava em plena revolução e não podia enviar uma delegação de peso. Bolívia, Venezuela e Equador estavam apenas informados sobre o projeto. O Peru estava fortemente motivado e estabeleceu seu próprio organismo coordenador da Hiléia Amazônica peruana (OCHAP).

À medida que se aproximava a data da instalação do IIHA, a preocupação com o papel que o Brasil desempenharia no instituto foi crescendo. Para marcar a data da reunião de Iquitos, a secretaria da Unesco informou a Corner que era preciso obter o acordo do Brasil e do Peru.[25] Era necessário saber ainda o quanto o Brasil se envolveria no projeto, pois a posição do Brasil também era céptica em relação ao futuro do IIHA, segundo a opinião do ministro das Relações Exteriores. Da Unesco escreveu-se a Corner novamente, em fevereiro, para dizer-lhe que nada aconteceria em Iquitos se o governo brasileiro não fizesse passar as leis que permitiriam financiar o instituto. Em tal discussão, os objetivos científicos do instituto pareciam totalmente secundários.

O projeto inicial da convenção sofreu modificações que transformavam o IIHA num instituto independente; embora ainda concebido como um instituto zonal (para os trópicos úmidos), já não era mais entendido como "regional", controlado unicamente pelos países envolvidos. A ambigüidade do projeto, no entanto, subsistia. A conjunção desses fatores, considerando o trabalho científico existente no Brasil e a fraqueza do controle do IIHA pelos próprios países da região, contribuiria para dar o tom explosivo à polêmica dos anos seguintes. A essas duas questões, Corner adicionou uma terceira: tinha a impressão de que

não estava sendo considerado o verdadeiro responsável pelo projeto, sentindo-se como um subsecretário a milhões de quilômetros do real centro de decisões.[26] Além disso, a preparação da reunião de Iquitos criou um fosso entre a secretaria da Unesco em Paris e os cientistas brasileiros, fosso esse ainda maior entre a Divisão de Ciências e Corner, que demonstrava ter ainda confiança somente em Huxley.

O futuro do IIHA aparecia obscuro, tanto mais que outros países, como a Índia e a Itália, começavam a se interessar pelo seu desenvolvimento. A Inglaterra limitou-se a indicar o botânico da Jamaica, Parkinson,para ir a Iquitos como observador, aproveitando-se da sua passagem pelo Rio.

A falta de entusiasmo britânico não era isolada. As autoridades francesas não conseguiram que o geólogo Ehrardt voltasse da África a tempo de participar da reunião como o delegado francês que realizaria uma das expedições previstas. Paul Rivet o substituiu em Iquitos, onde acabou por presidir a polêmica reunião.

O IIHA e as reuniões na Amazônia: o auge da internacionalização

A reunião de Iquitos realizou-se entre os dias 1º e 8 de maio de 1948, com a finalidade de estabelecer as bases do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. O encontro foi presidido por Rivet e teve como relatora Heloisa Alberto Torres, sua amiga de longa data. A Unesco estava novamente representada por Corner e também por Arenales. Os planos da reunião foram cumpridos. Foi aprovado o projeto da convenção do IIHA, determinando sua estrutura administrativa e organizacional, e foi eleita a comissão interina. Para presidente foi escolhida Heloisa Alberto Torres e para secretário geral foi indicado Corner, que não gostou de dividir a direção do IIHA com a brasileira, pois, como representante da Unesco para a América Latina, era hierarquicamente superior a ela. Como poderia ser somente o secretário geral do instituto? Porém esse fato não chegou a ser motivo de conflito no processo de instalação do IIHA. Foi discutido, ainda na reunião, o programa para o primeiro ano de funcionamento do IIHA, 1948-1949, que mesmo oficiosamente poderia ser posto em prática, tendo em vista o pessoal científico disponível e o orçamento previsto.

As discussões sobre programa para o primeiro ano não foram fáceis, como bem mostrou um relatório (confidencial e sem assinatura) escrito em Lima, em espanhol, logo após a reunião de Iquitos, e enviado a Rivet. O relatório mostrou que algumas decisões já estavam tomadas antes de serem discutidas, como por exemplo o plano de atividades que previa a contratação de cientistas para realizar projetos em regiões a serem determinadas. As discussões surgidas no decorrer da reunião obrigaram, no entanto, a algumas alterações no que havia sido previamente acordado. A Unesco era criticada por determinar a ação do

instituto a partir de um programa pré-estabelecido. Esses contratos, para Rivet, pareciam "favoritismo", dizia o relator. A crítica ao projeto estabelecido pela Unesco surgiu, aparentemente, porque havia o projeto de estudo do vale do rio Huálaga, que o Peru tinha interesse em ver desenvolvido. A proposta da expedição ao rio Huálaga desencadeou a polêmica que punha em confronto as prioridades "internacionalistas" da Unesco com os interesses dos países, no caso o Peru. O relatório não assinado chamava a atenção para uma "guerra surda" que estava no ar, da Unesco, contra a expedição.[27]

Em 14 de maio de 1948, em seguida à reunião de Iquitos, realizou-se a reunião de Manaus, a primeira da comissão interina. Os participantes, basicamente a comissão interina, foram alojados no palácio do governo e recebidos com honras de Estado.[28]

A reunião foi presidida por Heloisa Alberto Torres e o relator foi Tobias Lasser, da Venezuela. Imediatamente foi levantada a questão do programa de pesquisa, juntamente com a discussão sobre a delimitação geográfica da área da Amazônia – proposta de Heloisa Alberto Torres. Decidiu-se que cada Estado membro deveria indicar os territórios do país onde se situava a Hiléia e nos quais o IIHA teria a faculdade de realizar trabalhos de pesquisa. Concordou-se que o local da sede do IIHA seria Manaus, cidade considerada "o coração da Amazônia" e onde a comissão tinha recebido todo o apoio do governo estadual.

Em outubro de 1948, Corner enviou seu próprio relatório dessas duas reuniões, preparado para a 3ª Conferência Geral da Unesco, e nele deixou claro que havia planejado as atividades do instituto, estabelecendo as prioridades da Unesco e mostrando por que tinha sido tão reticente à proposta do delegado do Peru sobre Huálaga. Para ele, as pesquisas deveriam começar por regiões, que eram ainda desconhecidas, onde o IIHA já tivesse garantido o apoio dos governos estaduais ou nacionais. Nesse caso, deveriam ser realizadas expedições no território do Amapá (Brasil), no rio Madre de Dios, no norte do Mato Grosso (Brasil), no limite norte da Hiléia na Colômbia, Venezuela, e Brasil (região do baixo Orenoco e baixo rio Negro), Sierra Cutuco (Equador), rio Huálaga (Peru) e Gurupá (Brasil), nessa ordem.

Os trabalhos realizados pelo IIHA, no entanto, foram um pouco diferentes do proposto, e a ordem foi invertida, pois realizaram-se as expedições do rio Huálaga (contando com o apoio do Peru e dos Estados Unidos, além da verba da Unesco) e a expedição antropólogica chefiada por Charles Wagley, assistido por Eduardo Galvão, em Gurupá, cujo contrato já estava fechado por ocasião da reunião de Iquitos (essa expedição havia sido uma sugestão de Heloisa Alberto Torres, pois Wagley já realizava trabalhos com o Museu Nacional do Rio de Janeiro havia mais de dez anos).

O que houve em Iquitos e Manaus, em relação às expedições científicas do IIHA, refletia um jogo de interesses nacionais do qual a Unesco não podia fugir. Arenales, em seu relatório sobre a reunião de Iquitos, demonstrou seu pessimismo: "o futuro do IIHA é desde agora muito incerto", em razão do que apontava como "absurdos" (legal e financeiro) surgidos na reunião por haver um forte sentimento antiimperialista, contra a Unesco, por parte dos países participantes, e uma forte manifestação de ciúmes nacionais entre os países – por exemplo, reiteradamente classificava-se de imperialista a posição do Brasil, que garantiu para si 50% do orçamento do instituto, a pretexto de possuir a maior área geográfica. Sobre a questão da aprovação do rio Huálaga, a representação da Unesco julgou que teria implicações práticas das quais os delegados não se davam conta.[29]

Após as reuniões de Iquitos e Manaus, malgrado as dificuldades da preparação dos encontros, o IIHA parecia estar nos trilhos ou, ao menos, o secretariado da Unesco fez como se assim fosse, de maneira a apresentar um balanço positivo no seu relatório de atividades para a 4ª Conferência Geral que se realizaria em Beirute em novembro-dezembro de 1948. Vários números do *Courrier de l'Unesco* anunciaram o sucesso de Iquitos, a criação do IIHA e as expedições. Mas o papel da Unesco, de "dar vida ao IIHA", cessou no final de 1948.[30] É preciso dizer que os compromissos financeiros assumidos em Iquitos eram um pouco irrealistas, embora a Unesco os tenha reproduzido em todos os balanços que fez para Beirute, a fim de sublinhar o engajamento dos países latino-americanos no IIHA.[31]

Para não deixar Corner completamente isolado, a Unesco destacou uma brasileira, Célia Neves, uma das responsáveis pela Divisão Administrativa da Unesco em Paris, para auxiliá-lo. Ela fez três relatórios sobre a situação do IIHA e constatou que a ignorância a respeito do instituto era total, tanto no meio científico quanto no diplomático, que esperavam em vão o relatório sobre Iquitos da delegação brasileira.[32]

Em setembro de 1948, Paulo Carneiro veio ao Brasil para fazer avançar a ratificação da Convenção de Iquitos, no que foi auxiliado por Célia Neves. Conseguiu que o presidente Dutra assinasse uma Mensagem, e o documento foi encaminhado à Câmara dos Deputados em 4 de outubro.[33] Durante sua estada, trabalhou para convencer cientistas e diplomatas. Foi convidado pela SBPC, que acabava de ser criada, a fazer uma conferência pública em São Paulo, em 1º de outubro de 1948, na qual apresentou o projeto *A Amazônia e seu aproveitamento científico*. Insistiu na coordenação da pesquisa em nível internacional pela Unesco e na necessidade de coordenar as diferentes disciplinas indispensáveis à recuperação daquela vasta região "selvagem", e teve acolhida favorável.[34] Da mesma forma, em outubro de 1948, ao ser criada a Sociedade Botânica Brasileira, Paulo

Carneiro participou do encerramento da primeira reunião, realizado no salão de conferências do Ministério da Agricultura, e aí expôs todas as fases do projeto do Instituto da Hiléia Amazônica, especificando que sua finalidade era somente servir ao Brasil, em estreita cooperação com os demais países daquela vasta região.[35]

Na Conferência Geral da Unesco em Beirute, o IIHA foi apresentado como um sucesso e serviu de modelo para o projeto de um Instituto Internacional de Zonas Áridas (IIZA). Estando o IIHA nos trilhos, a Unesco podia se desembaraçar dele. Ela inscreveu no orçamento para o ano seguinte uma pequena soma de 12 mil dólares, que seria despendida somente após as ratificações da Convenção de Iquitos. O diretor geral seria o encarregado de concluir um acordo com o IIHA (e sua comissão provisória) de modo a assegurar uma cooperação estreita entre o instituto e a Unesco. Esse acordo previa a ajuda da Unesco para a realização dos projetos do instituto que interessassem ao programa da organização, trocas de informação e de pessoal, manutenção de serviços comuns e concessões de facilidades recíprocas. Paul Rivet foi o único que se mostrou céptico quanto ao sucesso do instituto.

Nacionalismo contra internacionalismo: derrota da "redescoberta"

As dúvidas sobre o futuro do IIHA suscitaram novas inquietações quando, às vésperas da abertura da Conferência Geral de Beirute, vendo-se incapaz de organizar o instituto em Manaus e lamentando seu isolamento científico, Corner apresentou seu pedido de demissão do cargo que tinha na Unesco e na comissão provisória. Em meados de novembro fechou o escritório em Manaus e regressou ao Rio para, em fins de dezembro, partir para a Inglaterra. Essa demissão não tomou todos os membros da direção da Unesco de surpresa. Desde sua volta a Manaus, Corner queixara-se, em várias cartas ao secretário da Unesco, da ausência de financiamento e do descaso com seu trabalho. O relatório preparado para Beirute havia sido também causa de conflito: de quem era a responsabilidade, do secretário ou dele, Corner? Mais uma vez o caráter da Unesco era contestado como centralizador e autoritário. "É possível dirigir um instituto amazoniano de Paris?"

Na mesma época eclodiu no Brasil a polêmica sobre a aprovação do projeto do IIHA na Câmara, e a notícia ocupou todos os jornais. O projeto tinha dois agravantes políticos fortes: seria um instituto internacional e seria na Amazônia.

A Convenção de Iquitos tinha sido assinada com plenos poderes pelo representante francês e *ad referendum* pelos representantes dos demais países presentes à reunião. No Brasil, depois das gestões de Paulo Carneiro nas insti-

tuições e junto ao Ministério das Relações Exteriores, o documento foi encaminhado ao presidente Dutra, que por sua vez o enviou ao Congresso Nacional dizendo na sua Mensagem (nº 536/48) que se oferecia a oportunidade de "consagrar-se ao estudo racional de uma imensa área do globo terrestre todos os recursos de que dispõe o progresso científico, através de um órgão internacional (...) Outrossim, não se pode separar no projeto em exame os benefícios econômicos, educacionais e sociais dos seus aspectos políticos (...)."[37]

Foi nesse trajeto do documento para a Câmara que se deu a explosão do IIHA nos jornais. O nacionalismo brasileiro deu um grande grito de protesto contra o internacionalismo do Instituto da Hiléia na voz do deputado e ex-presidente Artur Bernardes. Este, como presidente da Comissão de Segurança Nacional, pediu sem perda de tempo um parecer do Estado-Maior das Forças Armadas sobre o IIHA. O argumento mais forte de Bernardes era a possível dominação imperialista sobre a Amazônia, travestida de objetivos científicos e econômicos.[38] Em 27 de janeiro, Artur Bernardes leu na Câmara o relatório da Comissão de Segurança Nacional, um documento que colocou o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica em chamas.

Em fevereiro, Paulo Carneiro foi chamado a depor na Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara de Deputados. Essa comissão acabou por aprovar a criação do instituto, ao contrário da Comissão de Segurança Nacional. Assim também, o parecer pedido ao EMFA foi favorável e saiu em 31 de março de 1949. O chefe do EMFA enfatizou a importância da criação do IIHA e apenas sugeriu algumas modificações no documento da convenção, como por exemplo que se deixasse claro que, para se realizar as atividades do instituto dentro do território de um Estado membro, era necessário fazer uma consulta prévia a esse Estado e obter seu consentimento.

A Unesco saía do jogo, mas dois fatos contribuíram para não acabar de uma vez com o projeto do IIHA: o Ministério das Relações Exteriores do Brasil destinou, em março de 1949, a quantia de 36 mil dólares para o IIHA, e a Colômbia e o Equador, depois da França, ratificaram a convenção, faltando apenas dois países fazê-lo para que o instituto se tornasse finalmente oficial.

Setembro e outubro de 1949 foi talvez o período mais complicado para o IIHA. Enquanto em Paris acontecia a 4ª Conferência Geral da Unesco, no Rio de Janeiro, a Comissão de Segurança Nacional, presidida por Artur Bernardes, deu seu voto mortal à criação do instituto, impedindo o Brasil de assinar a Convenção de Iquitos. Na 4ª Conferência Geral, Heloisa Alberto Torres falou como presidente do IIHA. Isso suscitou controvérsias na imprensa brasileira, e Paulo Carneiro foi obrigado a esclarecer pessoalmente ao ministro das Relações Exteriores que havia feito retirar qualquer engajamento financeiro da Unesco com o IIHA para 1950. Assim, não se antecipara à ratificação oficial do Brasil.[39]

Na 5ª Conferência Geral da Unesco, em Florença, em junho de 1950, o IIHA foi mencionado apenas para relatar as expedições de Wagley e Bolivar/Buitron que se haviam realizado ainda em 1948.

Uma série de fatos se haviam somado naqueles meses, desfechando a ira nacionalista de Bernardes. No início de outubro o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas recebeu um pedido de licença para a realização de uma missão francesa na Amazônia, ligada ao chamado Groupe Liotard, que pretendia ser considerada parte das atividades do novo instituto. Bernardes, logo que soube dessa expedição, subiu inflamado à tribuna dizendo:

> Ao mesmo tempo em que se comunica de Paris, pela imprensa, que a sra. Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, ao discutir na Unesco o orçamento a ser aprovado para o financiamento do IIHA, expôs com eloqüência a utilidade desse organismo para o futuro dos diferentes países da América Latina que possuem território na região amazônica, estampam os jornais uma notícia transmitida pela United Press, segundo a qual uma grande expedição francesa explorará aquela imensa zona, cujos preparos vêm sendo feitos há dois anos.

Bernardes falou ainda da declaração do presidente do Conselho de Fiscalização publicada em *O Globo*, onde este dizia que não havia nenhuma formalidade legal para a realização da expedição.[40] Para Bernardes não se tratava de impedir a prática científica na região:

> Evidentemente, não desejamos prejudicar o progresso da ciência nem isolar o Brasil do planeta. Nem tampouco vedar a associação de grandes recursos da ciência e da técnica em favor do nosso desenvolvimento, se feito de modo conveniente. Cabe-nos porém, o direito de não permitir a livre prática do internacionalismo em detrimento da nossa soberania e da nossa formação.[41]

Em 29 de novembro, Bernardes fez outro violento discurso contra o IIHA, lendo uma carta anônima dirigida a ele, a qual atacava não somente a legitimidade do poder de Paulo Carneiro e Heloisa Alberto Torres sobre a pretendida instituição, mas ainda o Ministério das Relações Exteriores, e mesmo a legitimidade institucional da Unesco. Na carta, o IIHA era considerado o emblema da nossa futura "desagregação territorial": "Mas [a Amazônia] é brasileira; é um patrimônio que nos veio da sabedoria dos nossos ancestrais. Não temos o direito de pô-la em leilão, por displicência dos poderes públicos (...)."

Em dezembro, Paulo Carneiro, em carta a Heloisa Alberto Torres, comentou o discurso de Bernardes: "gratuitas injúrias, conduta incrível", pois escondia-se atrás de um anonimato para dizer coisas impensáveis. Disse que

estava enviando ofício ao Itamaraty protestando contra a inércia da instituição frente às decisões da Câmara sobre o IIHA.[42] Nesse ofício Paulo Carneiro pedia ao ministro Raul Fernandes uma tomada de posição do Itamaraty em relação ao projeto do IIHA e se dizia responsável pela defesa da posição da representação brasileira na Unesco.

Para consolidar entretanto a posição nacionalista, Artur Bernardes obteve a adesão do Instituto Brasileiro de Geopolítica, que, em janeiro de 1950, divulgou um longo relatório, completamente desfavorável ao projeto do instituto internacional.

O parecer da comissão do Instituto Brasileiro de Geopolítica sobre a convenção do IIHA foi extremamente duro na sua crítica à criação do instituto internacional. A questão central era o "internacionalismo" que viria junto com a prática científica. Nesse documento os argumentos utilizados revelavam o quanto estavam inseridos no contexto político daquele momento, em que o nacionalismo exacerbado era ainda um resquício da Segunda Guerra, agravado pelo início da Guerra Fria.

O Instituto Geopolítico, além de desconsiderar o poder de Paulo Carneiro para defender o projeto de um instituto internacional de pesquisas para Amazônia, dizia que tal instituto feriria os princípios da soberania do país, colonizando-o, pois "a concorrência estrangeira de séculos vem estudando e sugando nossas fontes de riqueza". Os assuntos geopolíticos somente poderiam ser animados pelo patriotismo, nunca pelo internacionalismo, porque "no INTERNACIONALISTA a corda geopolítica não vibra". A tarefa de "colonização" da Amazônia devia ser reservada aos brasileiros. Sublinhava-se o caráter imperial do Brasil: "possuímos um império sem rotas oceânicas a separar a metrópole da colônia, que é o nosso interior despovoado que vamos colonizando aos poucos conforme nossas necessidades. Não há razão alguma que indique a necessidade de surperlotamento da escória da Europa dos nossos reservatórios de expansão futura."[43] O relatório deixava claro que estava em jogo uma questão de poder sobre a região amazônica. A idéia de colonizar a região estava nos planos de ambos, porém a questão era: quem regeria a colonização, de que forma e com que alianças?

Como se sabe, no contexto do pós-guerra alguns recursos naturais passaram ao primeiro plano, como as jazidas de urânio e o petróleo, que fazia a fortuna de quem o "descobria". No Brasil, os cientistas haviam começado um amplo trabalho para o desenvolvimento da pesquisa nuclear que motivou indiretamente a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas em 1949 (que também teve financiamento da Unesco) e diretamente a do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas (CNPq) em 1951. Ao mesmo tempo, o petróleo, desde 1947, era alvo de um movimento político nacionalista muito forte. "O petróleo é

nosso" foi o lema de uma campanha cerrada contra a sua exploração por companhias estrangeiras, principalmente americanas, que queriam instalar-se no país. A Comissão de Geopolítica discutiu também o possível poder que o IIHA teria sobre o subsolo da Amazônia. Além disso, no contexto da Guerra Fria, identificou-se as representações européias da Unesco e também da ONU como agentes "bolcheviques" e alardeou-se que, se o Brasil assinasse a convenção, perderia a sua soberania e ainda abriria as portas da Amazônia aos comunistas.

Naquele primeiro semestre de 1950 foi inútil retomar a discussão para a criação do IIHA, com a preparação, pelo Itamaraty, do "Protocolo adicional à Convenção de Iquitos". Este foi encaminhado ao Congresso Nacional, pelo presidente da República no mês de maio de 1950, e a Mensagem que o acompanhava dizia que o documento tinha sido elaborado para "dissipar dúvidas surgidas de interpretações errôneas do texto da Convenção de Iquitos; precisar com a máxima clareza os objetivos exclusivamente científicos do IIHA; reafirmar o mais escrupuloso respeito à soberania de cada um dos países em cujos territórios for o Instituto autorizado a desenvolver suas atividades (...)".

A assinatura do Protocolo adicional deveria ser feita em 13 de maio de 1950, na sede do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Porém, mais uma vez, o Congresso Nacional impediu que o Brasil o assinasse.

A Unesco foi mantida de fora das negociações sobre o Protocolo adicional à Convenção de Iquitos, preparado em janeiro e fevereiro de 1950. Em julho de 1950, Auger, que substituiu Needham na chefia da Divisão de Ciências Naturais da Unesco, considerou que isso era conseqüência do fato de que o IIHA se manteria praticamente desligado da Unesco, como um organismo multinacional, mas conservava seus objetivos iniciais de pesquisa. Auger esperava que até janeiro de 1951 o Brasil ratificasse o Protocolo adicional, mas, em novembro de 1950, a Unesco tomou ciência de estar definitivamente desligada do IIHA, e Torres Bodet escreveu decepcionado a Paulo Carneiro:

> Se a Unesco esteve associada aos trabalhos da Conferência de Iquitos, foi somente por sua comunicação que fui informado das modificações feitas ao texto primitivo pelo Protocolo adicional. Constatei que certas modificações afetavam diretamente os direitos da Unesco e sua participação nos trabalhos do Instituto, tal como tinham sido definidos na Convenção de Iquitos.[44]

A valorização e a preservação da natureza: modo de salvar o instituto

A luta para que o IIHA não fosse enterrado foi levada adiante por Paulo Carneiro. Em 26 de abril de 1951, numa tentativa de ganhar a confiança do

Exército brasileiro, ele fez uma conferência na Escola Superior de Guerra justificando a criação do Instituto da Hiléia a partir dos principais pontos de ataque contra ele, a começar pelo internacionalismo. Lembrou na ocasião que o Brasil participava de organizações internacionais e nem por isso viu em algum momento sua soberania ameaçada. Falava para militares que, através de várias instituições, se haviam postado contra o IIHA – o Instituto de Geopolítica, a Comissão de Segurança Nacional da Câmara e o Clube Militar –, mas acreditava poder informá-los melhor sobre o caráter científico do empreendimento, demonstrando seu valor ecológico e, ao mesmo tempo, sublinhando o valor social das ciências, no sentido de resolver os problemas do esgotamento dos solos aráveis ou das reservas naturais em proporção inversa ao crescimento da população, cujos meios de controle sofriam ainda muitas sanções de ordem moral. Lembrou que a exaustão do solo causada pelas chuvas constantes e pela derrubada inconseqüente das florestas pelo homem estava transformando grandes partes da terra amazônica em zonas áridas. "A extensão e a gravidade desse deperecimento da terra, num processo irreversível, despertou alarme mundial e, hoje, uma legião de cientistas está mobilizada numa campanha internacional pela proteção da natureza e dos seus recursos minerais, vegetais e animais." Afirmou, além disso, que a criação da ONU, da Unesco e do próprio Instituto Internacional da Hiléia Amazônica tinham o mesmo propósito de proteger a natureza e estabelecer as relações do homem com o meio sem que um ou outro fosse "violentado". Quanto à internacionalização, dizia que o IIHA era internacional, como eram outras instituições como a União Postal, a União para a Proteção da Natureza, o Bureau dos Pesos Medidas ou a União de Telecomunicações.

A luta incansável de Paulo Carneiro pela criação de um instituto para a Amazônia, como projeto cientifico internacional, foi em vão. Em 1952, teve lugar a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia sob os auspícios do CNPq. Na ocasião, o CNPq, depois de discutir os prós e contras da criação de um instituto nacional, em face da existência do Instituto Agronômico do Norte e do Museu Emílio Goeldi, acabou por nomear uma comissão para preparar as bases da nova instituição da qual Paulo Carneiro foi convidado a fazer parte.[45] Por decreto do presidente da República, o INPA foi instituído em 1952, mas só passou a funcionar oficialmente em 1954, quando foi nomeado o seu primeiro diretor, Olympio da Fonseca; na mesma data, Heloisa Alberto Torres, por ato do presidente do CNPq, foi nomeada conselheira da nova instituição.[46]

Por outro lado, o Instituto Agronômico do Norte, dirigido por Felisberto Camargo, considerou "um sonho" o projeto do IIHA, embora tivesse apresentado à Unesco os seus projetos. Em 1949, a *Time Magazine* publicou um artigo sobre o IIHA a partir de uma entrevista sua, com a foto legendada: "*No dreamer, he*". Segundo o artigo, a Amazônia era uma gigantesca "terra improdutiva", seguida-

mente inundada, com vales que não são férteis. Só havia uma solução: fazer plantações maciças de seringueiras. Camargo propunha a colonização da região com mão-de-obra asiática. O artigo concluía afinal: "O Dr. Camargo não divide com a Unesco o sonho fácil de construir uma grande civilização da 'Hiléia Amazônica'. De todas as suspeitadas riquezas da Amazônia, ele não encontrou grande tesouro para explorar, somente meios de conquistar a terra improdutiva." Com essa orientação, que triunfou no Brasil no início dos anos 1950, em que a questão da Amazônia era tratada sob o ângulo da valorização e colonização agrícola, Camargo se ateve à utilização da terra e, nesse sentido, se opôs aos objetivos que haviam impulsionado Paulo Carneiro desde 1945 a criar o "sonhado" Instituto Internacional da Hiléia Amazônica voltado para a pesquisa científica.

Conclusão: entre colonização e internacionalização

Juridicamente, o fracasso do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica se deveu à recusa brasileira em ratificar a Convenção de Iquitos e seu Protocolo adicional em 1950. Porém, para além do jogo político que tem envolvido desde há muito qualquer iniciativa de relançamento, seja econômico, seja social, seja científico na Amazônia, as razões para o estabelecimento de um instituto científico na região, no contexto do pós-guerra, envolveram relações internacionais de cooperação científica de um lado e, de outro, absorveram rivalidades tanto regionais quanto internacionais que a Unesco, por se apresentar como um organismo "neutro", não previra, ou não estava preparada para enfrentar – era afinal uma instituição nova.

O "princípio de periferia" de Joseph Needham, que buscava refundar as bases científicas internacionais sobre alicerces menos eurocêntricos, coincidiu com a proposta de Paulo Carneiro de criar um instituto internacional de pesquisas para a Amazônia que reunisse os países da região apenas com fins científicos, mas tal princípio encerrava contradições, como uma ação centralista do próprio secretariado da Unesco naqueles anos, sua indefinição no que era concernente às funções de um instituto internacional de ciências, ou as fortes pressões dos países economicamente mais fortes, como a Grã-Bretanha ou os Estados Unidos. Tudo isso se somou e contribuiu para o fracasso do IIHA.

Paulo Carneiro não estava tão embalado pelo mito de que a Amazônia constituía uma "fonte inesgotável de riquezas" e buscou, ao projetar o IIHA, desvendar esse "mito" por meio do conhecimento científico. Não era objetivo do IIHA simplesmente levar um propalado "progresso" agrícola à região, como pretendia, por exemplo, o Instituto Agronômico do Norte sob a direção de Felisberto Camargo. Ambos tinham preocupações sociais, traduzidas, para Paulo

Carneiro, em antropologia, e, para Camargo, em importação de colonos. O IIHA visava conhecer a floresta úmida, estudando a botânica, a zoologia, a geologia e como nela se integrava o homem. Era, como dizia Paulo Carneiro, um projeto de "ecologia humana", que visava respeitar o modo de vida dos índios e sua cultura, mas, ao mesmo tempo, previa, preservando os recursos naturais, levar-lhes a "civilização" pela medicina, a educação, a alimentação. Em última instância, tal plano não era contraditório com os planos de "colonização" nacionais, de importação de imigrantes ou de raças animais (de gado principalmente), adaptadas ao clima quente e úmido. A Unesco abraçou o projeto de Paulo Carneiro com todas as contradições que ele implicava.

O IIHA, no entanto, foi entendido como mais um projeto de colonização, ao lado de tantos outros, principalmente o grande projeto de "valorização da Amazônia" levado a efeito por Getúlio Vargas. A política de Vargas, diferentemente da proposta de Paulo Carneiro, visava transformar a Amazônia num grande campo arável para a agricultura. "Valorização" era o termo que designava as políticas de colonização do período entre guerras (como na França, por exemplo). O abandono do IIHA e a subseqüente criação do INPA deu-se em conformidade a esse contexto político. Significou também a vitória de um grupo científico do país sobre outro, pois a comunidade estava desde o começo dividida sobre a questão.

As preocupações da Unesco com a desertificação, com a superpopulação, com as condições de vida nos trópicos ou com a fome no mundo, temas recorrentes no imediato pós-guerra, levaram-na a abraçar o projeto do IIHA. Por que então temer um instituto internacional a partir da Unesco? O IIHA, como a Unesco, era um instituto intergovernamental, acima dos territórios nacionais – nos moldes do atual Centre Européen de Recherche Nucléaire em Genebra, na Suíça. Porém, embora não jogasse com a soberania dos países, era um projeto internacionalizante. Ora, num mundo dividido por linhas nacionais, na medida em que visava especificamente uma região envolvida pelo mito de ser o grande reservatório mundial de riquezas, o projeto do IIHA acabou sendo derrotado pelas próprias contradições que engendrava.

O "mito" amazônico, é certo, é uma construção do nacionalismo, mas existia e não foi ignorado. Ao se elaborar a Convenção de Iquitos, essas questões, discutidas internamente na Unesco, não conseguiram superar as dissensões nacionais, que foram capitalizadas também pelas disputas científicas. Elas se tornaram evidentes ao ser decidida a participação econômica de cada um dos países envolvidos no IIHA e ao serem apresentados os primeiros projetos de exploração científica que seriam realizados às expensas do Instituto da Hiléia. Contudo, as acusações de internacionalização ameaçando a soberania dos Estados, que rondaram todas as críticas ao Instituto da Hiléia, dificilmente serão

detectadas nos arquivos diplomáticos ou, mesmo, nos da Unesco. O projeto trazia implícitas todas as ambigüidades da época – a ciência neutra e universal, a confusão entre internacionalismo e eurocentrismo –, e todo o irrealismo político dos cientistas, que não sabiam lidar com os ritmos diplomáticos, as finanças, ou a situação da Guerra Fria.

Na verdade, imperialismos, internacionalismos, nacionalismos são as muitas formas de que se têm revestido os processos de colonização. A colonização, por sua vez, é um elemento forte das descobertas (principalmente das descobertas territoriais), de que as descobertas científicas não estão excluídas, e esse foi o grande nó que o projeto do Instituto Internacional da Amazônia não conseguiu desatar.

Notas

1. Mensagem 161-A, 1950.

2. Parte das informações sobre Paulo Carneiro foi extraída de sua entrevista concedida em 7/8/1979 ao Museu da Imagem e do Som, no Rio de Janeiro, e de seu arquivo particular, consultado por gentileza de seu filho Mario Carneiro.

3. Entrevista de Mario Carneiro aos autores, 6/2/2000.

4. Associação Brasileira de Augusto Comte, M. B. Carneiro, Rio de Janeiro, abril/1949.

5. Arquivo da Unesco, 1C/23.

6. O *Jornal do Commercio* noticiou o apoio da Unesco em 5/12/1946, p. 1.

7. Jornal do Commercio, 11/12/1946, p. 1.

8. Jornal do Commercio, 12/12/1946, p. 2.

9. Arquivo da Unesco, IIHA, Pasta 166/1.

10. Jornal do Commercio, 5/6/1947, p. 4.

11. Arquivo Histórico do Itamaraty, 80/4/07.

12. Arquivo da Unesco, 2C/18 – IIHA, 1947.

13. Arquivo Histórico do Itamaraty, 80/4/07.

14. Jornal do Commercio, 15/8/1947.

15. Arquivo da Unesco, IIHA, Pasta 166/1.

16. Correspondência de Huxley a Walter Laves, diretor adjunto da Unesco. Arquivo da Unesco, carta de 22/9/1947.

17. Public Record, Kew, FO 924-600, LC4555.

18. Needham Archive, D30.

19. Public Record, Kew, LC4082.

20. Public Record, Kew, Pasta LC4175.

21. Carta do representante diplomático francês, Croy, a H. Laugier, 7/11/1945. Arquivo de Nantes, Fundo B, Pasta 73 – Rio, telegramas.

22. Arquivo de Nantes, Pasta 147 – Brasil, relações culturais (ensino, 1945-47).

23. Arquivo da Unesco, 330.19(8) A01-IIHA.

24. Carta ao diretor geral, 20/2/1948. Arquivo da Unesco, Caixa 166, Pasta 2.

25. Ofício de 24/1/1948. Arquivo da Unesco, Caixa 166, Pasta 2.

26. Carta a Malina, 19/2/1948. Arquivo da Unesco, Caixa 166, Pasta 2.

27. Lima, 22 de maio de 1948, Arquivo Paul Rivet.

28. Arquivo da Unesco, NS, IIHA/13.

29. Arquivo da Unesco, IIHA, Pasta 166/1.

30. Nota de Malina a Blonay, Arquivo da Unesco, Pasta 168bis/4.

31. De acordo com o qùe ficou estabelecido na reunião, cada país contribuiria para o orçamento do IIHA em 1948 com quantias que, em dólares, seriam as seguintes: Brasil – 150.000; Peru – 40.000; Colômbia – 40.000; Venezuela – 25.000; Bolívia – 9.000; Equador – 5.000; França – 15.000; Holanda – 5.000. A Inglaterra, a França e a Itália poderiam contribuir com equipamento e material. Arquivo da Unesco, NS, IIHA/12.

32. Arquivo da Unesco, 6/11/1948-Pastas 168/1; 20/1/1949-168/2; 13/7/1949-168/2.

33. DO, 20/10/1948.

34. Revista Ciência e Cultura, vol. 1, nº 1-2, p. 57.

35. Revista Ciência e Cultura, vol. 2, nº 2, abril/1950, p. 155-6.

36. Arquivo da Unesco, pasta 168/2.

37. Diário do Congresso Nacional, 20 de outubro de 1948.

38. Revista do Clube Militar, fev. (1949)79.

39. Arquivo Histórico do Itamaraty, telegramas da legação de Paris, 1947–49.

40. MAST, Fundo CFE.

41. Diário do Congresso Nacional, 3 de outubro de 1949.

42. Arquivo HAT– 10/12/1949.

43. Revista do Clube Militar, junho de 1950.

44. Carta T. Bodet a Paulo Carneiro, 3/11/1950. Arquivo da Unesco, Pasta 168/1.

45. MAST, Anais do CNPq, S.104, outubro de 1952.

46. Arquivo HAT, Pasta CNPq.

Referências bibliográficas

BASTOS, A. C. Tavares. 1937. *A província*. São Paulo, Companhia Editora Nacional [1ª ed. 1870].

_____. 1975. *O vale do Amazonas*. 3ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasiliana, vol. 106) [1ª ed. 1866].

Boletim do IBECC, nº 2, 1948; nº 3, 1949.

CARNEIRO, Paulo, 1951. *O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica: razões e objetivos da sua criação*. S. l., s. e.

DOMINGUES, Heloisa M. B. 1995. "Ciência, um caso de política. As ciências naturais e a agricultura no Brasil Império" (São Paulo, USP/FFLCH, tese de doutoramento).

FERRO, Marc. 1994. *Histoire des colonisations, des conquêtes aux indépendances. XIIIe-XXe siècles*. Paris, Seuil.

HUXLEY, J. 1947. *Unesco, its purpose and philosophy*. Washington, Public Affairs Press.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1946-1950.

MABBERLEY, David J. 1999. *Edred John Henry Corner*, C. B. E. Londres, Royal Society, 79-93.

NEEDHAM, Joseph, 1945. *The place of science and international scientific cooperation in post-war world organization*. Washington.

PETITJEAN, P. 1999. "Anglo-French civilities and ecumenical science", in HABIB, I. e RAINA, D. (orgs.), *Situating the history of science*. New Delhi, Oxford University Press.

REIS, Arthur Cézar F. 1972. 4ª ed. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio, Companhia Editora Americana.

Revista do Clube Militar, 1946-1950.

SCHWARCZ, Lília M. 1993. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.

(Recebido para publicação em setembro de 2000)